

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE  
DO TURISMO NACIONAL  
DESTINOS INDUTORES  
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

FERNANDO DE NORONHA

2013



## APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no destino pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE .....	4
2. RESULTADOS .....	6
2.1. Índice geral .....	6
2.2. Infraestrutura geral .....	9
2.3. Acesso .....	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos .....	12
2.5. Atrativos turísticos .....	14
2.6. Marketing e promoção do destino .....	16
2.7. Políticas públicas.....	17
2.8. Cooperação regional.....	19
2.9. Monitoramento .....	21
2.10. Economia local .....	23
2.11. Capacidade empresarial.....	24
2.12. Aspectos sociais .....	26
2.13. Aspectos ambientais.....	28
2.14. Aspectos culturais.....	29
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE .....	32

## 1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100<sup>1</sup>:

**Nível 1:** intervalo entre 0 e 20;

**Nível 2:** intervalo entre 21 e 40;

**Nível 3:** intervalo entre 41 e 60;

**Nível 4:** intervalo entre 61 e 80;

---

<sup>1</sup> Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

**Nível 5:** destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o destino avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

## 2. RESULTADOS

A pesquisa em Fernando de Noronha foi realizada entre os 29 de julho a 02 de agosto de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

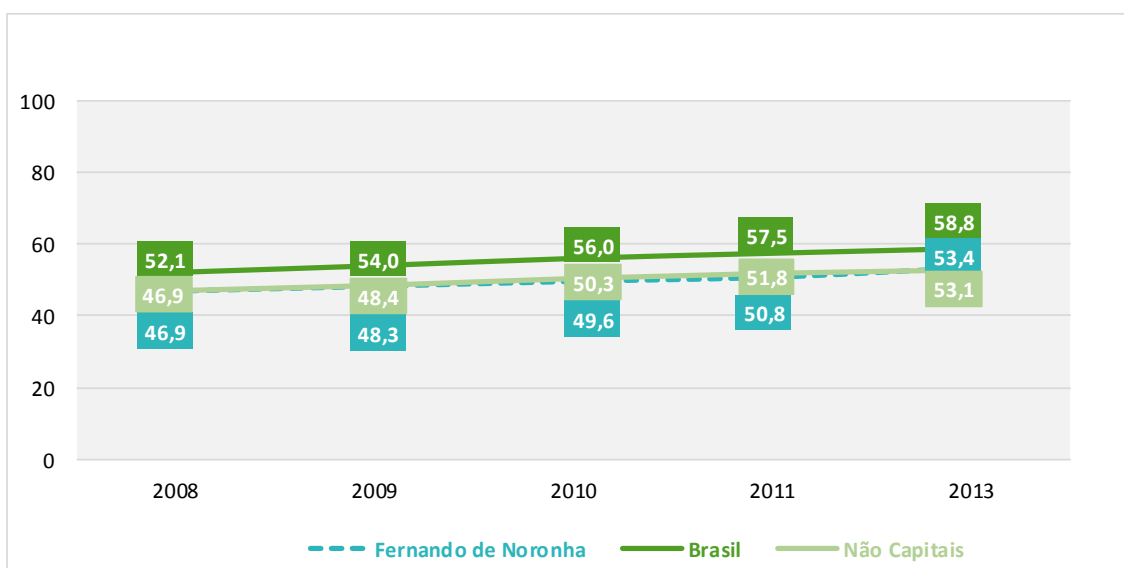
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

### 2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 53,4 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou acima do índice obtido em 2011 (50,8):

**Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013**

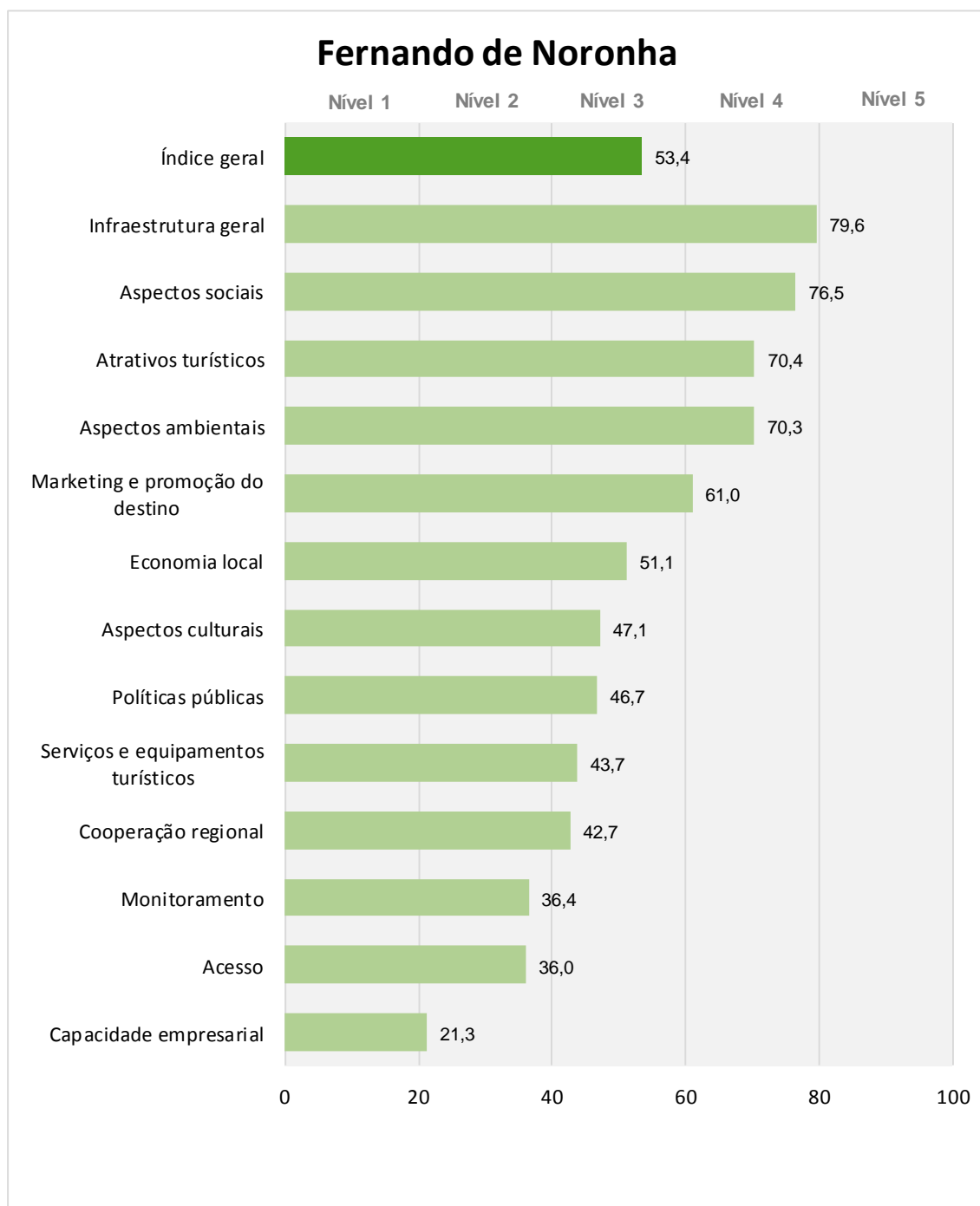


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Infraestrutura geral, Aspectos sociais, Atrativos turísticos, Aspectos ambientais e Marketing e promoção do destino, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Monitoramento, Acesso e Capacidade empresarial, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

**Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho**



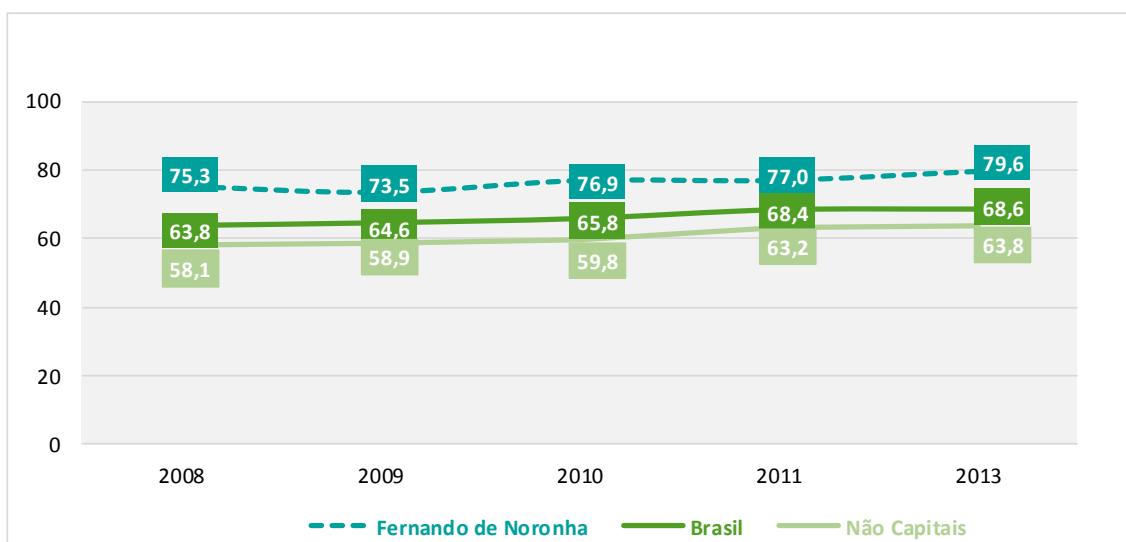


## 2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Fernando de Noronha registrou 79,6 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, estrutura para pequenas cirurgias e laboratório de análise;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana; e

- Disponibilidade de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de grupamento de polícia especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Inexistência de Defesa Civil no destino; e
- Estado de conservação de banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

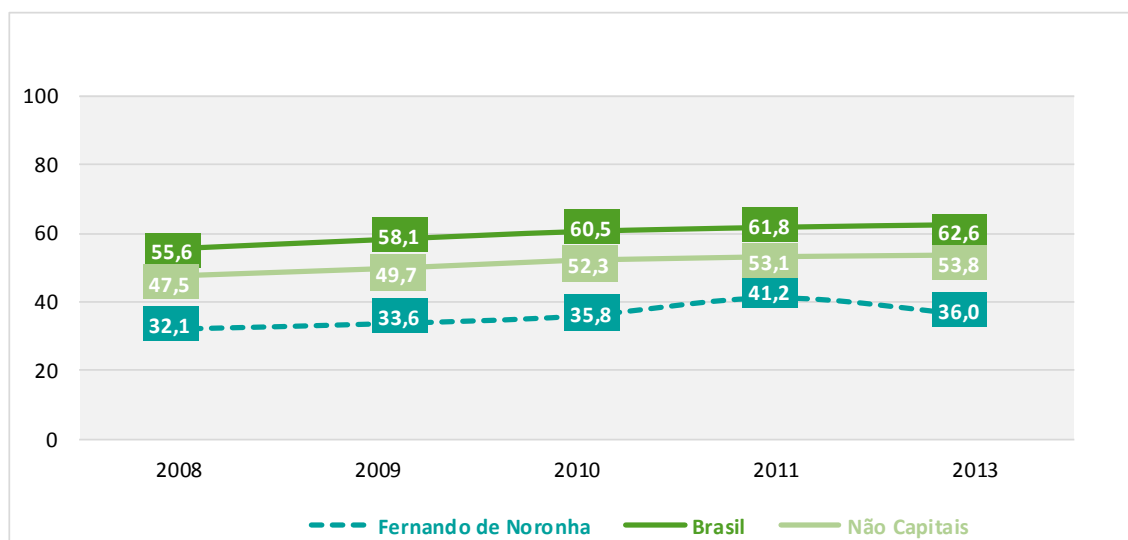
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

### **2.3. Acesso**

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 36,0 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Disponibilidade de um aeroporto no destino - Aeroporto de Fernando de Noronha;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo do destino – ônibus e táxi, conforme verificado em visita técnica;
- Terminal aquaviário que atende ao destino, e pelo qual embarcam e desembarcam turistas;
- Ausência de congestionamentos no destino; e
- Serviços de táxi.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Ausência e estrutura de determinados serviços no terminal aeroportuário do destino conforme constatado em visita técnica, tais como: espaço físico para funcionamento do CAT; serviço de câmbio; assentos, oferta de estabelecimentos de alimentação, sinalização interna; além da necessidade de melhorias na iluminação para receber voos noturnos;

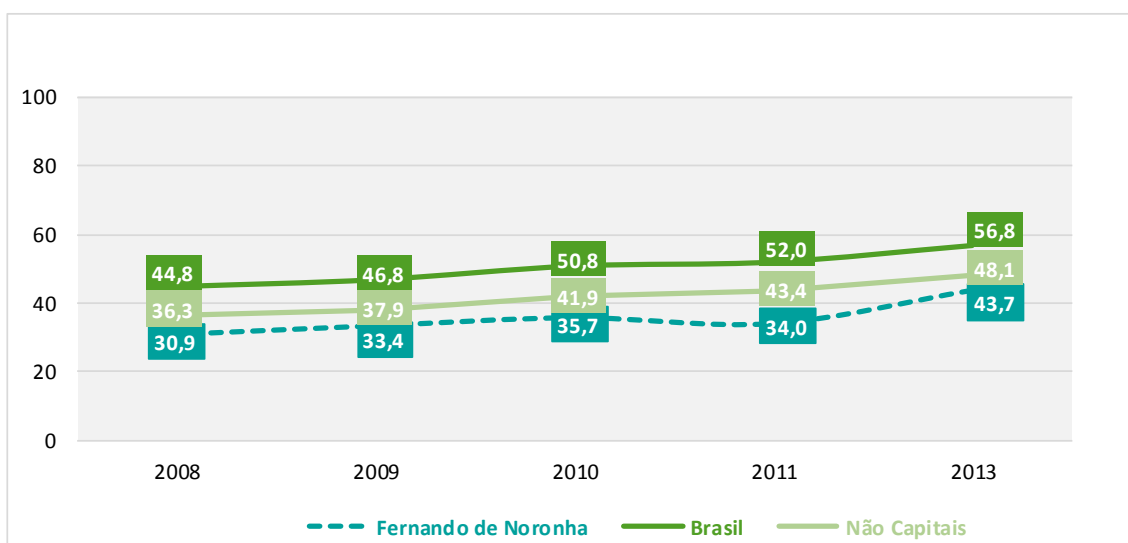
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Inexistência de linhas de transporte urbano que atendam às principais atrações turísticas;
- A regulamentação dos táxis não é evidente para o turista – não há taxímetro ou tabela visível; e
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissivos de turistas nacionais e internacionais.

## 2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 43,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Mtur;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos, disponível também em idioma estrangeiro;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista (CAT) no destino que oferecem diversos serviços, como contatos de operadoras, guias, agências, pontos de acesso à internet, informações sobre o destino, Display com folders e propagandas de serviços e mapa informativo;
- Existência de políticas locais de incentivo à adoção de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem, por meio de trabalho realizado pela CELPE com pousadas e comercio para instalar energia solar e eólica, além do Projeto Golfinho Rotador, por meio do qual foi feito um trabalho com 24 pousadas para conscientização de práticas sustentáveis – economia de energia, racionamento de água e reciclagem de lixo; e
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Estado de conservação da sinalização turística viária constatado durante visita técnica ao município;
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Ausência de atendimento em idioma estrangeiro nos CAT;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino, bem como de outros espaços para a realização de eventos;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem;
- Inexistência de guias de turismo licenciados pelo Ministério do Turismo (MTur) no destino; e

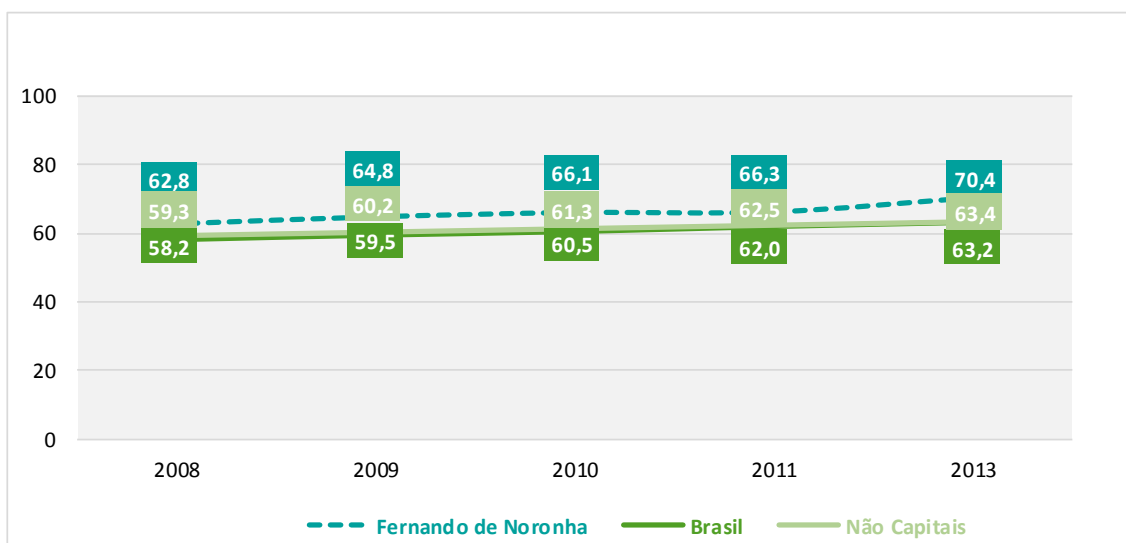
- Ausência de oferta local de serviços para qualificação profissional – cursos livres, técnicos ou graduação - em áreas relacionadas ao turismo.

## 2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 70,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Complexo da Praia dos Sanchos e Baía dos Porcos, Mar de Dentro (passeio de barco) e Praia de sueste (observação das tartarugas);

- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Complexo da Praia dos Sanchos e Baía dos Porcos –, conforme observado em visita técnica;
- Manutenção da estrutura física disponível no Complexo da Praia dos Sanchos e Baía dos Porcos;
- Adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo natural – em especial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Centro Histórico, Bar do Cachorro - manifestação Maracatu, Loja da Associação de artesãos e artistas plásticos;
- Evidência de conservação urbanística do entorno do principal atrativo cultural indicado;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Réveillon, REFENO (regata) e Aniversario da ilha;
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para o Projeto Tamar, principal atrativo indicado nesta categoria; e
- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no Projeto Tamar.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

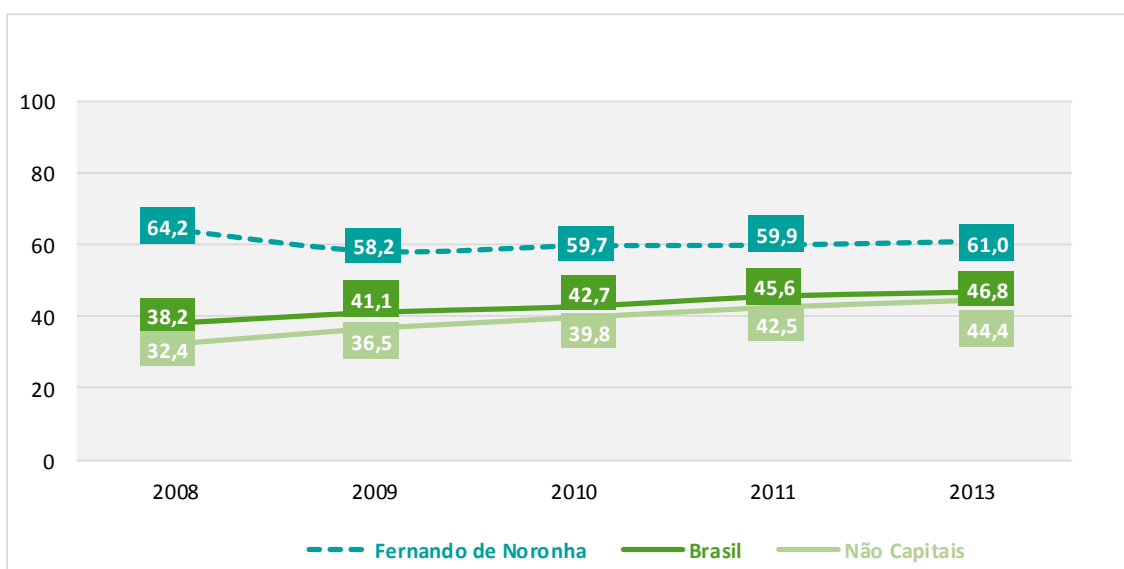
- Inexistência de atrativos culturais que movimentem fluxo turístico receptivo para o destino;
- Estrutura de apoio aos visitantes no Centro Histórico;
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural; e
- Ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado.

## 2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de *marketing*; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 61,0 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional e no mercado internacional;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de relacionamentos estabelecidos nos estandes;



- O destino turístico produziu, nos últimos cinco anos, eventos próprios para se promover fora de seu território, como a Campanha Mais Noronha;
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro, que deixa claro, ao visitante, a preocupação com a preservação do meio ambiente; e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço [www.noronha.pe.gov.br](http://www.noronha.pe.gov.br), também em idioma estrangeiro, e que sinaliza ao visitante a preocupação do destino em preservar o meio ambiente.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

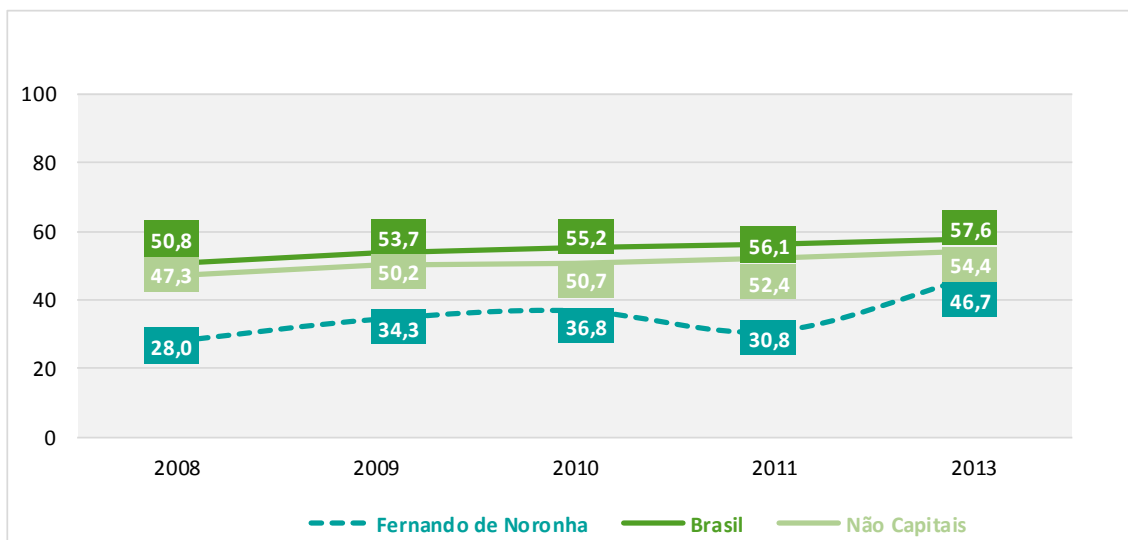
- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes; e
- Inexistência de agenda de eventos gratuita para consulta.

## 2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 46,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal - Coordenadoria de Turismo - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo do turismo;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de Conselho Municipal de Turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;
- Existência de Plano Diretor Municipal, que contempla o setor de turismo;
- Existência de planejamento formal para o setor de turismo, o Plano Estratégico para o Turismo; e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

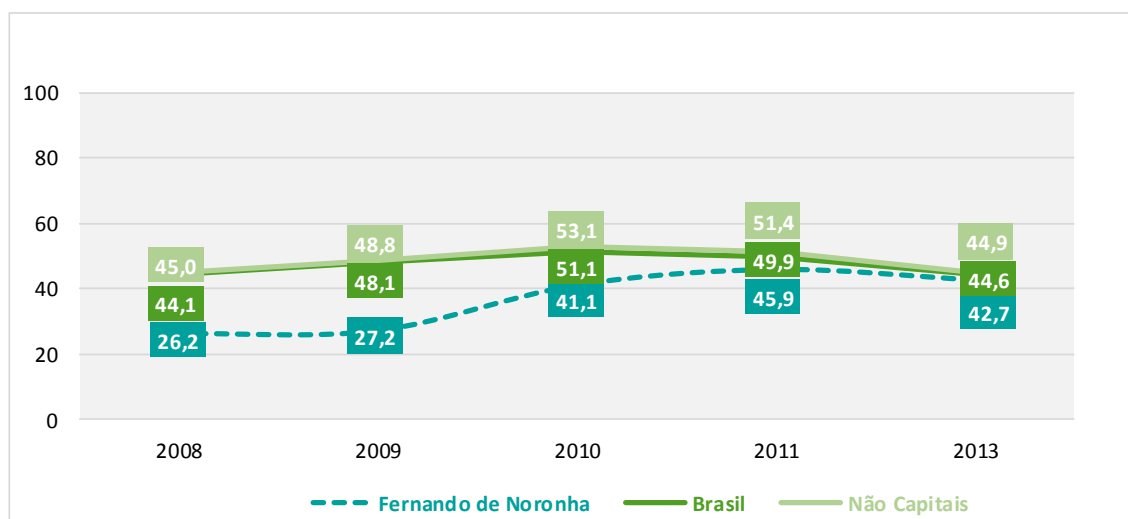
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo – Coordenadoria de Turismo, subordinada à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente;
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Ausência de projetos desenvolvidos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, no último ano;
- Não recebimento de recursos de emendas parlamentares para o turismo no ano anterior; e
- O destino não recebeu, no ano anterior, investimentos diretos do governo federal em projetos ligados ao turismo.

## 2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 42,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional, que conta com a participação ativa de diversos atores do segmento turístico;
- A instância de governança regional dispõe de um gestor executivo com dedicação parcial à coordenação e dispõe de suporte – oferecido por setor privado, empresa estatal e Sebrae – para a condução de suas atividades;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização da região turística dos quais faz parte, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos, e com agentes/operadores de turismo receptivo; e
- O destino produz material promocional da região turística da qual faz parte, por se tratar do único destino de sua região.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

- A instância de governança regional não conta com recurso próprio;

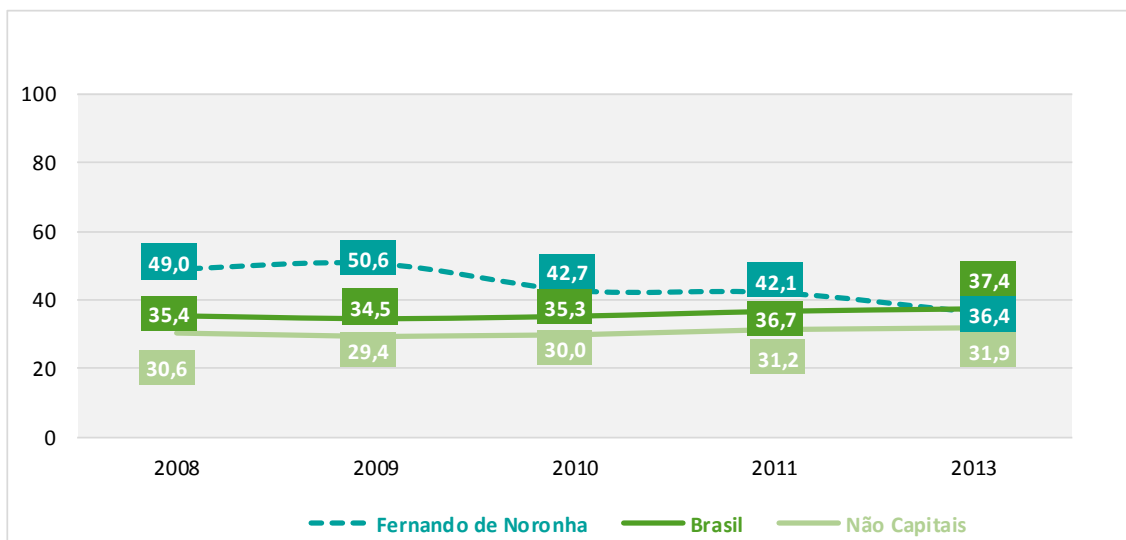
- Ausência de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos no ano anterior;
- Ausência de um plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o destino avaliado;
- O destino não integra roteiros regionais com outros destinos;
- Não houve ações promocionais voltadas para as operadoras e os agentes de turismo receptivo focadas na região durante eventos específicos, no ano anterior; e
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*.

## 2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 36,4 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, mensalmente, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário de Oferta Turística – atualizada;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em planejamento, políticas públicas, ações de marketing e promoção, entre outros; e
- Monitoramento periódico dos impactos ambientais gerados pelo turismo, como o monitoramento dos impactos gerados pelo turismo no comportamento dos golfinhos e das tartarugas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas e de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal;

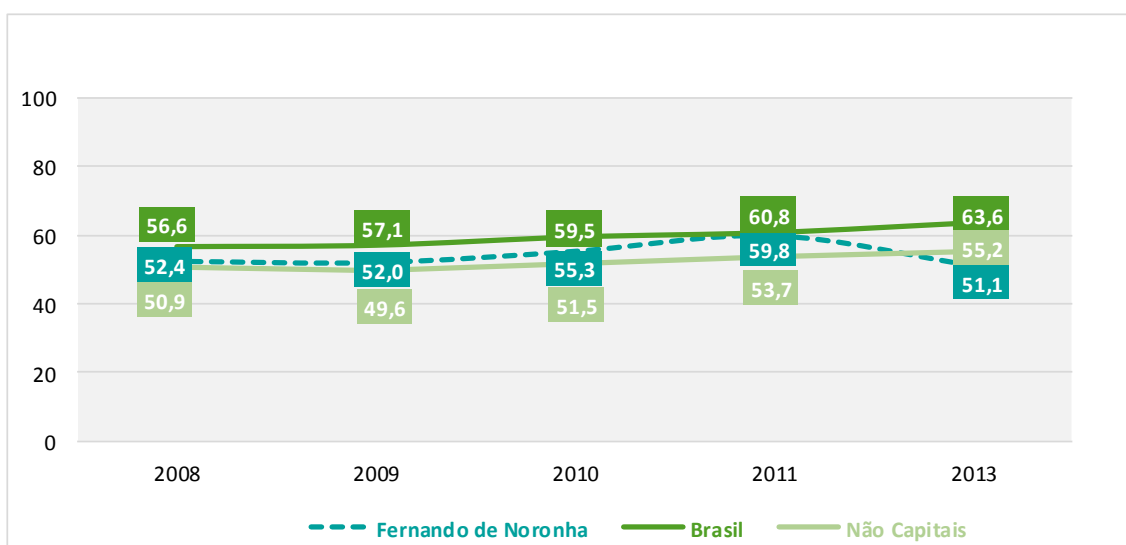
- Não monitoramento dos impactos econômicos e sociais gerados pelo turismo; e
- A administração pública local não possui um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

## 2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 51,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos, ainda que com baixa velocidade;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais; e
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do BNB.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

- Ausência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços;
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo;
- Inexistência de um *Convention & Visitors Bureau* do destino ou da região da qual o destino faz parte, instituição que poderia auxiliar o destino na captação de eventos, na promoção e divulgação dos atrativos e no planejamento turístico em curto, médio e longo prazo; e
- Inexistência de um polo de produção/negócios capaz de movimentar a economia local e, conseqüentemente, alavancar o fluxo turístico receptivo.

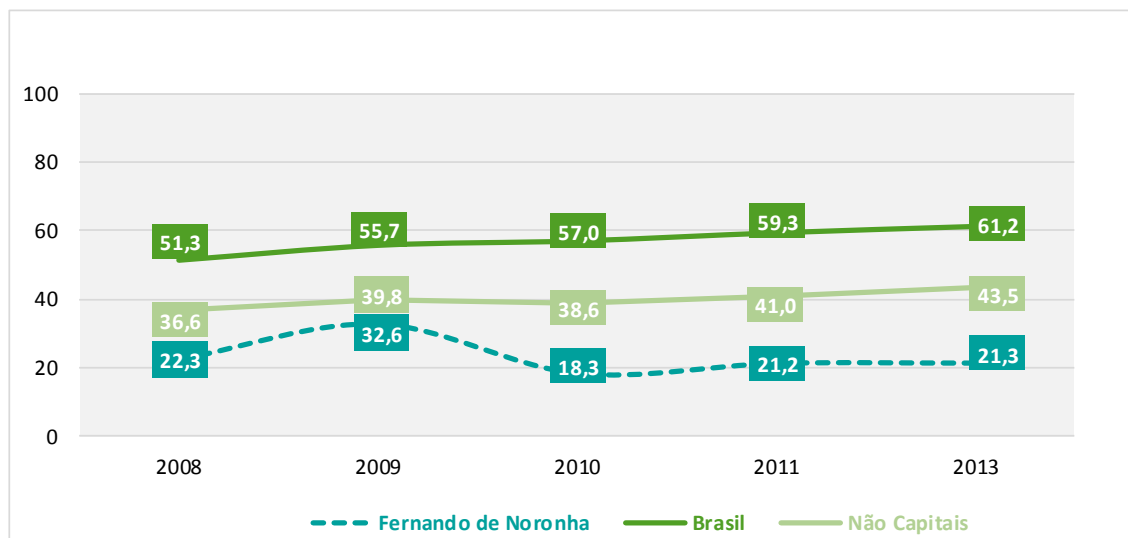
## 2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 21,3 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice estável em relação ao obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação superior – ainda que à distância – e de cursos livres, oferecidos pelo Sebrae e SENAC; e
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos, ainda que não organizados como arranjos produtivos locais.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica e de formação superior presencial;
- Ausência de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em hotelaria, tendo em vista que os profissionais precisam ser trazidos de fora da ilha;
- Ausência de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, como empresas dos segmentos de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;

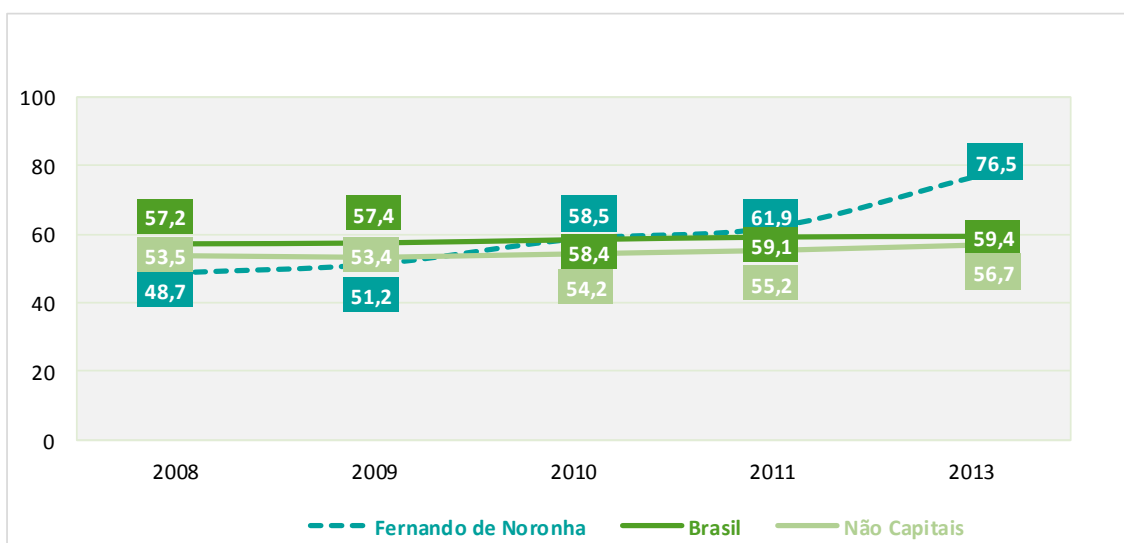
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas: falta de terreno, infraestrutura de acesso e para edificações, falta de pessoal capacitado no destino, dificuldades para obtenção de licenciamento ambiental; e
- Inexistência de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

## 2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 76,5 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Não utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, conforme relatos dos entrevistados;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal, bem como de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, que conta com o apoio da iniciativa privada, do terceiro setor e do poder público;
- Existência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ações contínuas realizadas por órgãos municipais;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino – por meio do programa Bem Receber, bem como sensibilização do turista para o respeito à comunidade local, à cultura e ao patrimônio e para a preservação do meio ambiente – o que acontece por meio de palestras no Projeto Tamar, no Projeto Golfinho Rotador, do ICMBIO na praia da Atalaia, além de panfletos entregues no aeroporto sobre práticas de preservação ambiental, orientação dos condutores e normas de conduta afixadas em quadros nas pousadas; e
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

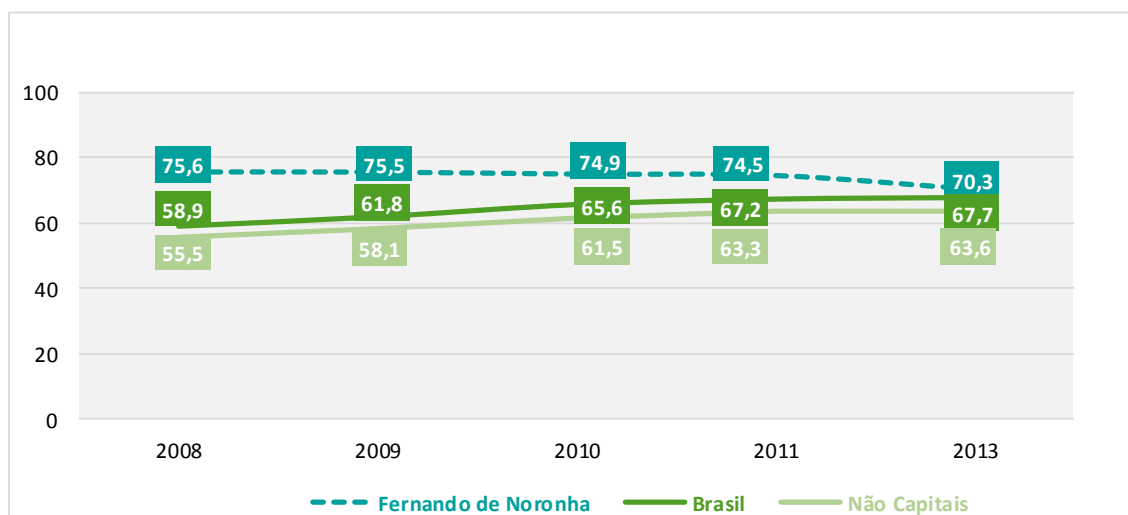
- Foram apontadas deficiências na formação dos profissionais do destino, dentre as principais: idiomas, gestão de negócios e certificações individuais;
- A população não participa das decisões sobre atividades ou projetos turísticos.

## 2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 70,3 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um setor com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Gestor de Meio Ambiente;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;

- Disponibilidade de sistema público de coleta e tratamento de esgoto que atende ao destino – ainda não atenda à totalidade da população; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – PARNAMAR e APA -, com conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

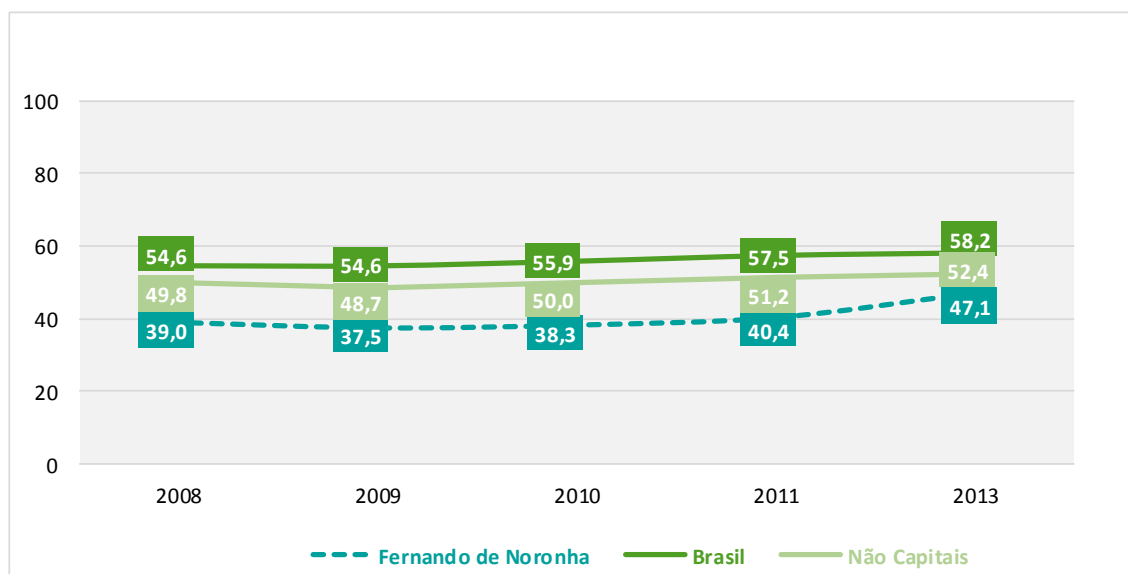
- Ausência de fórum ou conselho municipal do meio ambiente atuante;
- Inexistência de Código Ambiental Municipal ou similar;
- Presença de atividade potencialmente poluidora, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como a usina elétrica à base da queima de diesel;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um aterro controlado, sem a estrutura ideal para tal; e
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial.

#### **2.14. Aspectos culturais**

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 47,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – esculturas à base de fundição de alumínio – culinária típica – bolinho de tubarão (tubalhau) – tradições culturais evidentes e típicas do seu território – entre elas o cordel de lendas –, de manifestações religiosas no destino – Buscada de São Pedro e a Festa de Nossa Senhora dos Remédios – bem como de grupos artísticos de manifestação popular tradicional de Maracatu;
- Patrimônio artístico tombado considerado atrativo turístico: Acervo da igreja Nossa Senhora dos Remédios;
- Presença de sítios arqueológicos tombados ou registrados – Fortaleza Nossa Senhora dos Remédios, Forte São Pedro do Boldró, Forte de Santo Antonio, Forte de Nossa Senhora da Conceição, Reduto de Santana, Forte Bom Jesus do Leão, Aldeia dos Setenciados, Forte São Joaquim do Sueste, Armazém Agrícola;
- Bens tombados como patrimônio histórico – Forte Nossa Senhora dos Remédios, Igreja Nossa Senhora dos Remédios, Palácio do Governo; e

- Existência de projeto para implementação de turismo cultural, por meio de um roteiro cultural, divulgado por meio de folheto específico com os atrativos culturais.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de patrimônio imaterial registrado, bem como de uma política de preservação de bens culturais imateriais;
- Ausência de um órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;
- Inexistência de política municipal de cultura que poderia, entre outros, prever a manutenção de calendário de manifestações culturais no destino;
- Ausência de legislação municipal de cultura e de fundo municipal de cultura; e
- O destino não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

### 3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Fernando de Noronha, é possível concluir que, em 2013, houve evolução do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.



**Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais**

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Fernando de Noronha		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	49,6	50,8	53,4
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	76,9	77,0	79,6
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	35,8	41,2	36,0
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	35,7	34,0	43,7
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	66,1	66,3	70,4
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	59,7	59,9	61,0
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	36,8	30,8	46,7
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	41,1	45,9	42,7
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	42,7	42,1	36,4
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	55,3	59,8	51,1
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	18,3	21,2	21,3
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	58,5	61,9	76,5
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	74,9	74,5	70,3
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	38,3	40,4	47,1

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

\* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das “Não capitais” refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.